

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

-----Aos dezanove dias do mês de Março do ano dois mil e sete, nesta vila de Bombarral e salão nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Bombarral, com a presença do senhor Presidente da Câmara Luís Alberto Camilo Duarte, do senhor vice-Presidente da Câmara João Carlos Barreiras Duarte e dos senhores vereadores Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins, José João Jesus Ferreira, António Joaquim Correia Fialho Marcelino, Vanda Ferreira Nunes Laura e Bruno António Martins Santos. -----

-----Secretariou a reunião o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

-----Estiveram igualmente presentes a senhora Chefe da Divisão Financeira Regina Paula Aires, a Técnica Superior Maria Goreti Jacinto Oliveira, o assessor jurídico Jorge Manuel Costa Pereira e o representante da firma CPU eng. Guilherme Antunes Ferreira.-----

-----Pelas 15.10 horas foi a reunião aberta. -----

ORDEM DO DIA

0325. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL: Presente a 2.ª alteração ao orçamento e grandes opções do plano, foi a mesma colocada à discussão.-----

-----Os senhores vereadores Gabriel Martins, Bruno Santos e Fialho Marcelino, colocaram diversas questões sobre esta proposta, nomeadamente quanto à redução de verbas em rubricas da educação, acção social, ecocentro, parque de campismo do Picoto e turismo e comércio, aquisição de terrenos e reforço no vestuário e fardamento e subsídio à ANP, tendo o senhor Presidente da Câmara esclarecido que com excepção de uma candidatura na área da acção social que não foi aprovada, as restantes verbas ora reduzidas devido á urgência de cabimentação de algumas situações, irão ser novamente repostas aquando de uma revisão orçamental que prevê para daqui a 2 meses.-----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Gabriel Martins disse que o que se constata é que mais uma vez o senhor Presidente da Câmara mistura coisas que não oferecem qualquer dúvida com situações que podem envolver alguma polémica. Com esta alteração inicia-se um novo tipo de gestão que é a gestão ping-pong, ou seja, tiram-se verbas provisoriamente para depois se voltar a pô-las alegando a urgência de cabimento nalgumas rubricas, mas reforça-se rubricas em relação às quais à dúvidas se a Câmara as vai executar ou não. Reforça-se a obra da Praça da República dizendo-se que poderá vir a haver a necessidade de assumir uma despesa que ainda não se sabe se se irá assumir porque se colocam algumas dúvidas. Há alguma incoerência até porque houve trabalhos a mais aceites em 12.09.2006 e que só agora vão ser cabimentados, não percebendo porque é que na elaboração do orçamento não foi a mesma logo incluída. Há também necessidade de reforço em áreas para as quais chamaram a atenção há muito. Fica preocupado como é que se aprovaram trabalhos a mais sem haver cabimento. Anda-se à deriva e aos esses sem rumo. Quanto à ANP, lembrou que o presidente desta associação dirigiu uma carta à Câmara Municipal utilizando pouco respeito por esta edilidade, pelo que é estranho que essa mesma entidade venha agora solicitar um subsídio para uma actividade. Gostava muito de participar na realização dessa actividade mas lamenta profundamente o tipo de discurso que viram na referida carta da ANP. Não lhe parece correcto ir agora atribuir-se um

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

subsidio em face do comportamento pouco institucional como a ANP se dirigiu à Câmara Municipal. Não fazem sentido algumas alterações trazidas à boleia das efectivamente necessárias. -----

-----**INTERVENÇÃO:** O senhor Presidente da Câmara lembrou que neste momento têm o processo de requalificação do Largo do Município onde estão apertadíssimos. Este tipo de alteração orçamental é prática corrente em todas as Câmaras Municipais. Quando temos um orçamento folgado dá para tudo, mas todos sabem que o nosso orçamento está apertado. Foi para evitar o máximo de alterações orçamentais e não se trazerem situações avulsas, que apresentaram esta proposta de alteração. Em relação à ANP concorda com parte da intervenção do senhor vereador Gabriel Martins. Esta é uma questão que vão analisar á posteriori, mas para o fazerem tem de haver hipótese de cabimentação. Tudo nesta proposta está de forma transparente.----

-----**INTERVENÇÃO:** O senhor vereador José João Ferreira disse não concordar quando se diz que devido a esta alteração há uma gestão ping-pong. É natural que à medida que o ano vai decorrendo apareçam alterações orçamentais. Em relação à ANP considerou que não se podem misturar as coisas. Foi mérito da ANP trazer este simpósio para o Oeste, só sendo pena que vá decorrer em Peniche e não noutro local.

-----Foi deliberado por maioria com os votos favoráveis do senhor Presidente da Câmara, do senhor Vice-Presidente da Câmara e do senhor vereador José João Ferreira e as abstenções dos senhores vereadores Gabriel Martins, Fialho Marcelino, Bruno Santos e Vanda Laura aprovar a 2.ª alteração ao orçamento e grandes opções do plano, foi a mesma colocada à discussão. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

0326. REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO MUNICÍPIO – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA QUE APROVOU A ADJUDICAÇÃO: Foi presente a seguinte proposta: “Tendo em conta que o Visto solicitado ao Tribunal de Contas, que corre os seus trâmites neste Tribunal sob o n.º 190/2007, foi devolvido à Câmara Municipal de Bombarral para que se esclareçam um conjunto de informações que não permitiram a concessão do Visto solicitado. Tendo em conta que estas informações já foram prestadas, oportunamente, através do n.º/ofício n.º 41/GPED/07. Tendo em conta que o adjudicatário – FCJ, Obras Públicas, S.A. – à data da celebração do Contrato de Empreitada n.º 02/2007, 9 de Fevereiro último, não é detentor do Alvará de Obras Públicas referente à 1.ª subcategoria da 4.ª categoria, do qual juntamos uma cópia como anexo 2, condição exigida pelo programa de concurso desta obra; Tendo em conta que esta violação do artigo 54.º do decreto-lei n.º 59/99, de 2 de Março e do Programa de Concurso torna o referido contrato nulo; proponho que a Câmara Municipal de Bombarral, reunida em 19 de Março de 2007 delibere a revogação, de acordo com o artigo 138.º do Código do Procedimento Administrativo, da deliberação de adjudicação tomada na reunião de 08.01.2007.” -----

-----**INTERVENÇÃO:** O senhor Presidente da Câmara informou que a firma FCJ concorreu com um alvará que na altura do concurso correspondia aos requisitos. Para o contrato apresentaram um novo alvará, sendo que os serviços não se aperceberam que o mesmo já não correspondia. O Tribunal de Contas detectou a situação, sendo algo que não se consegue ultrapassar. A opinião dos juristas contactados coincide no sentido de que a Câmara terá de anular a adjudicação e o contrato e fazer nova adju-

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

dicação ao concorrente segundo classificado. -----

-----INTERVENÇÃO: A senhora vereadora Vanda Laura questionou se a empresa ainda vai a tempo de apresentar um subempreiteiro para a parte eléctrica e se não há perigo que a mesma recorra para o Tribunal Administrativo. -----

-----A Técnica Superior Goreti Oliveira respondeu que na fase de apresentação de propostas o concorrente não apresentou subempreiteiro no concurso. Na sua opinião não o poderá fazer agora mas essa questão deverá ser colocada ao jurista. Segundo o Tribunal de Contas poderá o empreiteiro apresentar o alvará corrigido. A empresa diz que reclamou junto do IMOPPI mas que ainda não obteve novo alvará. O que se propõe hoje é anular a adjudicação e o contrato e fazer nova audiência. Se no período de 10 dias a FCJ apresentar o alvará, será a Câmara a tomar uma decisão quanto á adjudicação.-----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Fialho Marcelino disse haver um conjunto de coincidências que levou a este erro de não se ter verificado o novo alvará e isso criou toda esta situação com o atraso que poderá ter e que poderá vir a ser irreversível. Isto deve servir de exemplo para futuras análises de documentos. A Câmara Municipal tem a obrigação de comunicar oficialmente ao IMOPPI este erro grosseiro da empresa para que sejam tomadas as respectivas decisões. É importante também que a comissão de análise tenha em atenção todo o Decreto-lei 59/99, nomeadamente o artigo 98.º.-----

-----INTERVENÇÃO: O senhor Gabriel Martins lamentou o facto da ocorrência deste erro, considerando que ninguém está isento de cometer erros na vida, mas chamou a atenção de que este processo não tem apenas este erro. O próprio parecer jurídico diagnostica outro erro que é a garantia bancária. O que se lamenta são estes erros e outros que foram chamados à atenção pelo PS e que de forma precipitada ficaram para trás.-----

-----Foi deliberado por maioria com a abstenção da senhora Vanda Laura e o voto favorável dos restantes membros do executivo aprovar a proposta supra transcrita. ---

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

0327. REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO MUNICÍPIO – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA QUE APROVOU A MINUTA DO CONTRATO: Foi presente a seguinte proposta: “Tendo em conta que o Visto solicitado ao Tribunal de Contas, que corre os seus trâmites neste Tribunal sob o n.º 190/2007, foi devolvido à Câmara Municipal de Bombarral para que se esclareçam um conjunto de informações que não permitiram a concessão do Visto solicitado. Tendo em conta que estas informações já foram prestadas, oportunamente, através do n/ofício n.º 41/GPED/07. Tendo em conta que o adjudicatário – FCJ, Obras Públicas, S.A. – à data da celebração do Contrato de Empreitada n.º 02/2007, 9 de Fevereiro último, não é detentor do Alvará de Obras Públicas referente à 1.ª subcategoria da 4.ª categoria, do qual juntamos uma cópia como anexo 2, condição exigida pelo programa de concurso desta obra; Tendo em conta que esta violação do artigo 54.º do decreto-lei n.º 59/99, de 2 de Março e do Programa de Concurso torna o referido contrato nulo; proponho que a Câmara Municipal de Bombarral, reunida em 19 de Março de 2007 delibere a revogação, de acordo com o artigo 138.º do Código do Procedimento Administrativo, da deliberação de apro-

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

- 135 vação da minuta do contrato tomada na reunião de 05.02.2007 e declarar a nulidade
136 do referido contrato.”-----
137 -----Foi deliberado por maioria com a abstenção da senhora Vanda Laura e o voto
138 favorável dos restantes membros do executivo aprovar a proposta supra transcrita. ---
139 -----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----
140 **0328. REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO MUNICÍPIO – DELIBERAÇÃO E ADJUDICA-**
141 **ÇÃO DA OBRA AO CONCORRENTE CLASSIFICADO EM SEGUNDO LUGAR:** Foi
142 presente a seguinte proposta: “Tendo em conta que o Visto solicitado ao Tribunal de
143 Contas, que corre os seus trâmites neste Tribunal sob o n.º 190/2007, foi devolvido à
144 Câmara Municipal de Bombarral para que se esclareçam um conjunto de informações
145 que não permitiram a concessão do Visto solicitado. Tendo em conta que estas infor-
146 mações já foram prestadas, oportunamente, através do n/ofício n.º 41/GPED/07. Ten-
147 do em conta que o adjudicatário – FCJ, Obras Públicas, S.A. – à data da celebração
148 do Contrato de Empreitada n.º 02/2007, 9 de Fevereiro último, não é detentor do Alva-
149 rá de Obras Públicas referente à 1.ª subcategoria da 4.ª categoria, do qual juntamos
150 uma cópia como anexo 2, condição exigida pelo programa de concurso desta obra;
151 Tendo em conta que esta violação do artigo 54.º do decreto-lei n.º 59/99, de 2 de Mar-
152 ço e do Programa de Concurso torna o referido contrato nulo; proponho que a Câmara
153 Municipal de Bombarral, reunida em 19 de Março de 2007 delibere proceder à audiên-
154 cia prévia com intenção de adjudicação ao concorrente classificado em segundo lugar,
155 o consórcio Construções Pragosa, S.A. e J.C.E. Lda, que apresentou a proposta no
156 valor de € 529.963,12 (quinhentos e vinte e nove mil novecentos e sessenta e três
157 euros e doze cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no concurso de
158 empreitada “Remodelação e Arranjos Exteriores da Praça do Município”, de acordo
159 com o n.º 2 do artigo 56.º do decreto-lei 197/99, de 8 de Junho, aplicado subsidiaria-
160 mente de acordo com o artigo 273.º do Decreto-lei n.º 59/99, de 2 de Março.” -----
161 -----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra transcri-
162 ta. -----
163 **0329. CARTA EDUCATIVA:** Presente a proposta de carta Educativa, usou da palavra o
164 senhor eng. Guilherme Antunes Ferreira, da CPU, que apresentou a análise feita pela
165 empresa às propostas apresentadas em anterior reunião de Câmara.-----
166 -----**INTERVENÇÃO:** O senhor vereador Bruno Santos começou por dizer que na
167 proposta de trabalho apresentada pelo PS a questão da localização dos centros edu-
168 cativos ficou sempre em aberto, não sendo forçoso que sejam todos na vila. É diferen-
169 te fazer-se pequenas ampliações do que fazerem centros educativos a sério com
170 todas as estruturas necessárias. Assim como a gestão das auxiliares educativas é
171 completamente diferente. Se querem promover o sucesso educativo para todos, terão
172 de dar as mesmas condições a todos e isso só é possível com centros educativos com
173 dimensão e massa crítica. Os apoios educativos são geridos numa lógica de agrupa-
174 mento e é difícil geri-los se as escolas forem dispersas. Estamos a falar na criação das
175 melhores condições para os alunos e não é possível criar boas mediatecas e bons
176 laboratórios, se os espaços não tiverem massa crítica para tal. Correm o risco dos pais
177 com maior capacidade económica virem para a vila à procura de centros de excelência
178 e só ficarem nas escolas mais pequenas os alunos com menos capacidade económi-
179 ca. Existe falta de investimento e a necessidade de adequação aos nossos tempos.

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

Há uma árvore na escola da Portela que ajudou a plantar há 25 anos e que tem valor sentimental para si, mas a vedação da escola também é a mesma de há 25 anos e nos tempos que correm já não podia ser a mesma. A substituição de professores que eventualmente faltem também é mais difícil para o agrupamento se os estabelecimentos não tiverem alguma dimensão. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor Presidente da Câmara considerou que a intervenção do senhor vereador Bruno Santos assentou em pressupostos que não têm nada a ver com a proposta. Hoje o que está em discussão é a requalificação da rede escolar. A oferta será a mesma em todo o concelho, mas adequada à realidade. Nunca aceitaria que se criasse uma diferenciação. Mesmo a nível da substituição de professores não é tão linear como o senhor vereador Bruno Santos disse, porque os professores são colocados à conta para o número de turmas. Na actual visão economicista tal não é possível. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Gabriel Martins disse que a ideia com que ficou a ouvir o técnico da CPU é que tinha sido feito um estudo parcial e direccionado no sentido de dizer que a concentração não é para ser levada a cabo, porque só ouviu falar de desvantagens e algumas vantagens haveria. Gostava de saber noutros concelhos, se é esta a mesma filosofia da CPU. Levou-se algum tempo na análise das questões relacionadas com os transportes, mas quanto a questões pedagógicas remeteu-se para apenas 1 parágrafo e essa é a questão que colocam em primeiro lugar. Mesmo remodelados e melhorados, nunca os centros educativos terão as mesmas condições de outros espaços onde haja mais alunos. Também não se falou na questão do financiamento e precisam de saber se o modelo de carta educativa proposta garante o financiamento a nível do QREN. Acha que vamos ter problemas a esse nível. Questionou se a opção do centro educativo do Bombarral que abranja o Vale Covo é uma boa opção. A nível dos jardins-de-infância, questionou se foi considerado que há uma parte dos alunos com que a Câmara não terá de se preocupar que são os que frequentam o Centro Social Paroquial, que até neste momento está em processo de aumento de oferta. Nunca colocaram como necessidade que todos os jardins-de-infância ficassem acoplados às escolas básicas do 1.º ciclo, defendendo que continue a haver um jardim-de-infância por freguesia. Quanto á questão da proximidade disse que os pais querem colocar os filhos não onde vivem mas sim onde trabalham. Questionou quais os locais que em termos de trajecto e considerando um ponto médio de distância, que fiquem afastados mais de 20 minutos. Alguma da população será sempre deslocada pelos pais para junto dos locais onde trabalhem. Lembrou que o estudo aponta para a diminuição da população estudantil fora da vila. Estando a CPU a fazer também a revisão do PDM, questionou se está a ser feito algum estudo de articulação entre os dois documentos. Para si o primeiro objectivo desta discussão é de carácter pedagógico, o segundo objectivo a questão do financiamento da construção de escolas, o terceiro objectivo a rentabilização da gestão de meios e o quarto objectivo a questão dos transportes. -----

-----O senhor eng. Guilherme Antunes Ferreira concordou com a ordem dos princípios enunciados pelo senhor vereador Gabriel Martins. Em termos de valor por aluno, sai mais barato conservar uma escola com 100 alunos do que uma escola com 500 e isto pode gerar complicações em termos de gestão. Tentar contrariar a concentração é

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

inaudito. Trabalhou na elaboração das cartas educativas da Lourinhã e Sertã e em ambos os casos o objectivo era evitar o encerramento de escolas. Não é linear que a concentração tenha melhorias para os alunos. Em relação ao financiamento, as indicações que tem da parte da DREL são no sentido de que este tipo de propostas centradas em centros educativos sem turmas agregadas e com os jardins-de-infância, têm acesso ao QREN. Juntando-se o Vale Covo com o Cintrão, havia dimensão e população para haver um centro educativo. Não foi esse o entendimento da Câmara Municipal nem do Conselho Municipal de Educação e como o ponto mais longe com alguma expressão, dista apenas 9 minutos, apesar de estar no fio da navalha não causa prejuízos às crianças, pelo que é uma alternativa que podem ponderar. A oferta do Centro Social Paroquial foi considerada. O Ministério da Educação aconselha a articulação com a oferta privada. Quanto à questão dos jardins-de-infância por freguesia, lembrou que os critérios do Ministério da Educação apontam para a integração. Pontos a mais de 20 minutos em relação ao Bombarral não têm, mas o problema é o tempo perdido para recolher crianças. Uma localidade com mais de 900 habitantes e a 15 minutos do Bombarral, implica que as crianças recolhidas na primeira paragem estejam a mais de 20 minutos. Em relação ao local de trabalho disse que esse conceito se perde porque a Câmara Municipal fica obrigada a transportar todas as crianças. Esta tendência que já é clara nos números, é explicada pela diferença de condições pedagógicas dentro e fora da vila. Para tentar contrariar esta tendência, os últimos centros educativos a construir serão os do Bombarral. Ao contrário, este modelo teria muitas dificuldades em funcionar. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Fialho Marcelino disse que se está a fazer análise num contexto em que o Bombarral é um concelho desfavorecido no âmbito da DREL e da CCDRLVT, mas depois vamos estar inseridos na DREC e na CCDRC com concelhos mais desfavorecidos do que o Bombarral, o que vai levar á análise sob critérios diferentes. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador José João Ferreira disse ter ficado preocupado com a intervenção do senhor vereador Bruno Santos, porque chegou a pensar que se tivermos centros educativos fora vila do Bombarral, teremos centros educativos de 2.ª, tendo ficado mais descansado com a resposta do senhor Presidente da Câmara. A análise técnica confirma aquilo que defende. A Câmara Municipal nunca deve contribuir para desincentivar a fixação das pessoas. Fazendo apenas dois centros educativos, haverá uma área do concelho que ficará desprotegida e a freguesia do Carvalhal é a que fica mais longe do centro da vila. Questionou quantos minutos levará a transportar as crianças dos casais da freguesia do Carvalhal para o Bombarral. Deve haver centros educativos fora da vila com todas as condições dos centros educativos da vila. -----

-----O senhor vereador Bruno Santos respondeu que o senhor vereador José João Ferreira ou não percebeu, ou não quis perceber aquilo que disse. Todos querem condições iguais para todos os jovens do concelho. O que na prática torna difícil isto acontecer é a existência de centros educativos com boas condições na vila mas nas freguesias não existirão porque não existe massa critica e dimensão que permita as mesmas condições. -----

-----O senhor vereador Gabriel Martins disse que o PS na sequência dos aconte-

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

cimentos, apresentou uma proposta de trabalho relativamente á qual disse que estava disponível para discutir. O que resultou da última reunião, a que a CDU faltou, é que os 6 vereadores presentes se disponibilizaram para encontrar um consenso. Não há condições para hoje se tomar uma decisão. Estão disponíveis para em conjunto com o senhor Presidente da Câmara darem a cara por soluções que agradem menos às populações. Não vão certamente depois fazer como a CDU e pedir para trazerem abaixo-assinados. Disseram bem qual a condição política para esse consenso ser alcançado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara lembrou que vão ter de tomar uma decisão rapidamente porque é preocupante podermos perder financiamentos. Devemos centrar as decisões nos interesses das crianças. Enquanto o actual modelo está esgotado, é anti-pedagógico e anti-socializante, também o contraponto de escolas massificadas é anti-pedagógico e anti-socializante contribuindo para o desenvolvimento da agressividade. Têm de chegar a um consenso, mas não querem impor um modelo. Há três forças políticas na Câmara Municipal que em determinado momento aceitaram procurar um consenso. A proposta hoje em carta, foi sem ninguém prescindir de nada. O que houve em determinado momento foi que uma força teve problemas que um dia terá de explicar politicamente e o PS aproveitou a boleia para trazer uma proposta que não tem nada a ver com propostas que tivessem feito. Acha um erro fazer-se finca-pé em não reformular a proposta existente. Lembrou que quem aprova a nossa carta educativa é a DREL. A própria centralização que a A.M.O. quer estas propostas porque se pretende fazer uma carta educativa regional. Não em a menor dúvida que não vai haver dinheiro que chegue para todas as propostas a nível nacional com vista à reformulação da rede escolar porque o 1.º ciclo foi o primeiro a ser lançado, mas nos últimos 30 anos foi esquecido. Não aceita que saiam daqui propostas que em termos de estruturas físicas estabeleçam diferenças entre freguesias. Hoje o PS vem com uma nova proposta que ia agravar mais o problema do ponto de vista dos transportes. Se a ideia é criarem consensos, a proposta do PS já tenta excluir o consenso.-----

0330. PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR COM A LEADER OESTE PARA A CEDÊNCIA POR UM PRAZO DE 25 ANOS DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE ACTIVIDADES LÚDICAS E CAMPO DE FÉRIAS DO PICOTO: -----

-----DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO: Antes da discussão deste assunto, o senhor Presidente da Câmara, comunicou ao executivo, nos termos do artigo 45.º do Código do Procedimento Administrativo, encontrar-se impedido de intervir na discussão e votação dos pontos 0244, por força da alínea b) do artigo 44.º do referido Código, atendendo ao facto ser Presidente da Leader Oeste, pelo que o executivo da Câmara declarou interdita a sua intervenção nestes actos.-----

-----Nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Código do Procedimento Administrativo, o senhor Presidente da Câmara, retirou-se da reunião, regressando após a discussão e votação do ponto onde se encontrava impedido. Durante a discussão deste ponto presidiu à reunião o senhor vice-Presidente da Câmara.-----

-----Foi presente a seguinte proposta: “Considerando, o papel relevante, no âmbito do Desenvolvimento e Promoção Rural prosseguido pela LEADER OESTE, com especial incidência em actividades concretas no nosso Concelho; Considerando, que este

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

papel e esta participação activa e empenhada da LEADER OESTE é feita com os meios técnicos, humanos e financeiros desta Associação que se têm revelado capazes de desempenharem tais funções de uma forma eficaz e com vantagens para os Projectos em que se integra; Considerando a necessidade de estabelecer as condições concretas e relevantes do Investimento que vai ser realizado para a revitalização e utilização futura do Parque Rural do Picoto – PRP –, que após a provação do novo Projecto de Reabilitação para aquele espaço, irá tomar a designação do Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias do Picoto – CALCAF PICOTO –, num Contrato de Comodato, em que ficam, expressamente, consagradas as condições e meios de participação de cada uma das Entidades Parceiras neste Projecto de Reabilitação do antigo Parque Rural do Picoto, agora Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias do Picoto; Proponho, que a Câmara Municipal de Bombarral, reunida em 19 de Março de 2007, aprecie e aprove, de acordo com o nº 1 alínea f) do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o CONTRATO DE COMODATO a celebrar com a LEADER OESTE – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste. - Entre MUNICÍPIO DO BOMBARRAL, com sede no Largo do Município, no edifício dos Paços do Concelho, pessoa colectiva número 506 800 580, aqui representada pelo Senhor JOSÉ JOÃO FERREIRA, na qualidade de Vereador em Regime de Permanência, adiante abreviadamente designada por MUNICÍPIO. E LEADER OESTE – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste, com sede em Travessa do Hospital, nº 14 – Cadaval, pessoa colectiva nº 503 281 239, aqui representada pelo seu Secretário ARISTIDES LOURENÇO SÉCIO, adiante abreviadamente designada por LEADER OESTE. Considerando: Que o Município do Bombarral é legítimo proprietário do Parque Rural do Picoto – PRP, espaço que sofreu profundos actos de vandalismo e que importa reabilitar dando cumprimento aos objectivos propostos; Que este Parque Rural do Picoto foi alvo de co-financiamento durante a implementação do QCA II, ao abrigo do PIC LEADERII, e mais tarde no IIQCA. A Leader Oeste acompanhou a execução e implementação do *Plano de Intervenção* (PI) Cesaredas no âmbito do Programa AGRIS, Acção 7 sub-acção 7.1, Que o Município do Bombarral não tem vocação, pela sua natureza Pública, para a gestão deste tipo de equipamentos; Que, através da Associação Leader Oeste, será iniciado um Processo de Reabilitação daquele espaço, para o qual serão elaborados os respectivos Projectos de Arquitectura e especialidades sob requerimento de licenciamento administrativo com a autorização plena do município, para esse efeito, concedida à LEADER Oeste; Que no âmbito desse novo Projecto de Reabilitação, aquele espaço do PRP vai ser objecto de uma intervenção e consequente investimento, com vista a dinamizar e reabilitar o mesmo, proporcionando a sua utilização futura, pelos munícipes do Bombarral e pelos cidadãos de toda a Região Oeste, e vai ser dada uma nova designação de Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias do Picoto – CALCAF PICOTO -, Que a Leader Oeste possui a capacidade financeira e a competência técnica para a execução da reabilitação em causa tendo também demonstrado conhecimento e proximidade com potenciais empresas vocacionadas para a gestão de equipamentos desta natureza, Pelo presente Contrato de Comodato e visando a colaboração e o aproveitamento recíproco das vantagens e experiências de cada uma das entidades outorgantes, o MUNICÍPIO

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

cede, gratuitamente, à LEADEROESTE, por Comodato e pelo período de 25 anos, a Gestão do Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias do Picoto, adiante designado por CALCAF Picoto; Clausula 1ª O primeiro outorgante é proprietário de um prédio Rústico sito no “Picoto e Raposa” ou “Picoto e Cova da Raposa”, freguesia da Roliça, concelho de Bombarral, inscrito na matriz cadastral respectiva sob o artigo 20, secção T e descrito na Conservatória do Registo Predial do Bombarral com o nº 3585/950721-Roliça, com a área total de 49.080 m2, Clausula 2ª O primeiro outorgante, cede, gratuitamente, pelo prazo de 25 anos, o prédio rústico descrito na cláusula anterior, à segunda outorgante para que esta se utilize dele e aí desenvolva todas as condições necessárias para a instalação de um Centro de Actividades Lúdicas e um Campo de Férias. PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso da Segunda Outorgante pretender proporcionar o uso deste equipamento a terceiros, entidades públicas ou privadas, tem de obter sempre a autorização prévia do Município do Bombarral. Clausula 3ª Todas as alterações necessárias ou pretendidas para a abertura do Centro de Actividades Lúdicas e Campo de Férias, nomeadamente uma eventual reclassificação do mesmo, acrescentando as actividades de lazer, as actividades lúdicas e de campo de férias, de acordo com a legislação em vigor, serão definidas pelos outorgantes por acordo mútuo. Clausula 4ª Ao Primeiro Outorgante compete dotar o CALCAF Picoto das demais condições não previstas na cláusula 6.ª tendo em vista a sua plena utilização, designadamente as infra-estruturas eléctricas de acordo com o projecto fornecido pela segunda outorgante, executar a extensão da rede de abastecimento público de água e executar a melhoria da rede viária de acesso dotando estas infra-estruturas de capacidade para comportar autocarros de turismo As benfeitorias a executar pelo primeiro outorgante importam um investimento estimado em € 44.800. Clausula 5ª Ao Primeiro Outorgante compete facultar todos os elementos solicitados com vista à reabilitação do espaço, bem como os licenciamentos e demais obrigações que competem à Autarquia, concretamente o acompanhamento técnico e fiscalização no decurso da obra, devendo para o efeito nomear os técnicos responsáveis, tendo por objectivo a célere reabilitação do espaço. Clausula 6ª A Segunda Outorgante, compete dotar o CALCAF Picoto de todas as condições para sua plena utilização, descritas nos projectos a licenciar, designadamente: projecto de arquitectura de reconstrução, reabilitação, ampliação dos dois pavilhões existentes e a construção de dois novos pavilhões, projecto da rede de abastecimento de água, projecto da rede de drenagem de águas pluviais, projecto da rede de esgotos residuais domésticos, projecto electrotécnico, projecto de telecomunicações, projecto da rede de gás, projecto de estabilidade e projecto da rede viária interna e projecto de segurança contra riscos de incêndio. As benfeitorias a executar pela segunda outorgante importam um investimento estimado de € 180.000,00. PARÁGRAFO ÚNICO: Estas benfeitorias e todas as outras que venham a ser construídas no CALCAF Picoto ficarão pertença do Primeiro Outorgante. Clausula 7ª À Segunda Outorgante compete a utilização e dinamização do espaço de acordo com os seguintes objectivos: - Potenciar o alojamento de grupos organizados e pessoas singulares, com possibilidade de serviço complementar de catering; - Potenciar actividades de carácter lúdico-social; - Assegurar a utilização anual e/sazonal deste equipamento vocacionando-o para acções com públicos juvenis. Clausula 8ª À Segunda Outorgante compete dotar o CALCAF Picoto com o equipamento móvel adequado

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

para a realização de todas as actividades de animação e gestão, em conformidade entre ambas as partes, permanecendo na sua posse após a conclusão do presente contrato de comodato; Clausula 9:^a À Segunda Outorgante compete o ordenamento e manutenção do interior do espaço, no âmbito da arborização e ordenamento biofísico do espaço e de caminhos pedonais do interior do CALCAF Picoto; Clausula 10^a São obrigações da Segunda Outorgante: a) guardar e conservar a coisa emprestada; b) facultar ao comodante o exame dela, c) não aplicar a fim diverso daquele a que a coisa se destina, d) não fazer dela uma utilização imprudente; e) tolerar quaisquer benfeitorias que o comodante queira realizar na coisa; f) não proporcionar a terceiro o uso da coisa, excepto se o comodante autorizar, g) restituir a coisa findo o contrato; Clausula 11^a Não obstante o prazo, o primeiro outorgante pode resolver o contrato, se para isso tiver justa causa, nos termos do artigo 1140.º do Código Civil. Clausula 12^a No caso do presente Contrato ser denunciado antes do seu termo pela Segunda Outorgante, a mesma fica obrigada a reverter todas as benfeitorias e edificação de infra-estruturas até então realizadas, a favor do Primeiro Outorgante. A Segunda Outorgante fica obrigada a, se pretender denunciar o termo antecipado do presente Contrato, fazê-lo sempre com uma antecedência superior a 60 dias, a partir dos quais o Primeiro Outorgante toma posse do CALCAFP. Cláusula 13º Qualquer situação omissa ao presente contrato será resolvido em concordância entre ambas as partes.”-----

-----INTERVENÇÃO: A senhora vereadora Vanda Laura sugeriu que no futuro regulamento de utilização seja prevista uma cláusula a salvaguardar condições especiais para crianças e jovens. -----

-----INTERVENÇÃO: O senhor vereador Gabriel Martins lamentou o tempo que este processo se arrastou, até hoje se chegar a um documento que acautela os interesses da Câmara. É um documento que em si não resolve a utilização em pleno daquele espaço. Apenas resolve a cedência à Leader Oeste para que ali construa benfeitorias, porque a futura utilização fica por resolver dado que foi afastado do âmbito deste contrato a exploração do espaço, o que a seu ver está mal. Estiveram sempre a favor que em simultâneo se fixasse já em que termos aquele espaço irá ser explorado e isso era uma competência da Assembleia Municipal. A opção foi retirar a cedência da exploração, pelo que parece que temos medo de a levar à Assembleia Municipal. Têm pena que assim seja porque em face do tempo que levou, e tiveram 5 versões diferentes do mesmo documento, ainda fica por resolver um problema, o que lamentam. Vão aprovar o contrato no estrito sentido em que permite a utilização pela Leader Oeste a título de empréstimo, mas que não permite a sua utilização por mais ninguém, a não ser que sejam actividades organizadas pela Leader Oeste para os seus associados ou funcionários. Escuteiros, grupos de jovens e escolas não podem utilizar o espaço com este contrato, o que é pena. Questiona-se se isto interessará à Leader Oeste nestes termos. -----

-----Foi deliberado por unanimidade e em minuta aprovar a proposta supra transcrita. -----

-----Pelas 19.00 horas, foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, pelo presidente do órgão e pelo

ACTA N.º 10/2007 – Reunião extraordinária do dia 2007.03.19

450 funcionário municipal que a lavrou.-----

451

452 O Presidente da Câmara:

453

454 O Funcionário:

455